



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

ABERTURA

1. ABERTURA

Aos catorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e quarenta e seis minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

1.1. Fundo para o serviço público de transportes – Autorização para transferência do financiamento da Autoridade de Transporte para a CIMRL – Ratificação

1.2. Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. – Contratos-programa para o ano de 2019

1.3. Clínica “O Meu Doutor – Reabilitação Auditiva Portugal” – Pedido de cedência de espaço para unidade móvel – Autorização

1.4. Município da Lousã – Louzan Trail 2019 – Pedido de parecer

1.5. Teares da Serra – Associação Recreativa e Cultural – Pedido de cedência de espaço para realização de atividades e provas de airsoft

1.6. Jantar de Natal

2. Secção Financeira

2.1. Balancete

2.2. Pagamentos

2.3.2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2018

2.4.2.ª Revisão ao Orçamento de 2018

2.5. Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos para 2019

2.6. Regulamento do Sistema de Controlo Interno

3. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais

3.1. Empreitada de “Intervenções de Estabilização de Emergência Pós-incêndio/Incêndio 2017 (Incêndio Florestal de Pedrógão Grande)” - Adjudicação

4. Setor de Ambiente

4.1. Proposta de criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

recolha de resíduos urbanos e da constituição da empresa intermunicipal que o vai gerir

IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 20/2018, respeitante à reunião de 31 de outubro, tendo a Sra. Presidente perguntado aos Srs. Vereadores se pretendiam tecer algum comentário ou sugerir alguma alteração à mesma.

Não se registando quaisquer reparos, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

De seguida, foi presente a ata n.º 21/2018, respeitante à reunião de 12 de novembro, tendo a Sra. Presidente efetuado a mesma pergunta aos Srs. Vereadores.

Não se registando quaisquer reparos, a Sra. Presidente submeteu a referida ata a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por informar que, no presente dia, foram assinados em Leiria o protocolo de adesão à Rede de Arquivos da Região de Leiria, por todos os municípios integrantes da CIMRL, e o protocolo para a Constituição da Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Leiria a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e os 10 Municípios que integram a CIMRL. Na cerimónia de assinatura esteve presente o adjunto da Secretária de Estado da Cultura, bem como a Diretora Regional da Cultura do Centro.

Em seguida, informou que no passado dia 12 de dezembro participou no Conselho Geral da Adxtur, apenas como convidada uma vez que ainda não foi tomada a decisão da integração do nosso concelho na rota das Aldeias de Xisto, tendo aí entregue um levantamento da aldeia do Coentral para análise da associação com vista a uma possível integração da mesma na rota das Aldeias do Xisto.

Em seguida, usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes que começou por informar que iria tecer breves notas sobre alguns assuntos sobre os quais tem vindo a solicitar informações e que, de alguma forma, sente que necessita de voltar a questionar para saber a sua evolução.

Nessa sequência, fez referência à questão da Barros III, questionando se o Executivo já consegue dizer se tem ou não intenção de adquirir aquele espaço, argumentando que a sua pergunta se deve ao facto de ter sido abordado por uma pessoa que lhe colocou essa questão porque tem uma ideia de negócio que gostava de pôr em prática e que via naquele espaço uma possibilidade de se instalar. O Sr. Vereador Gonçalo Lopes, acrescentou que explicou a essa pessoa o que sabia do assunto e que a mandou, naturalmente, vir à Câmara questionar a situação. Acrescentou que sabe que houve uma série de constrangimentos e de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

passos que tiveram de ser dados mas que neste momento há uma questão de vontade e por isso quer saber se a estratégia do Executivo passa pela aquisição, ou não, da Barros III, porque, legitimamente, pode entender que a sua estratégia não passa por ali.

No uso da palavra, o Sr. Vereador João Graça questionou se a intenção dessa pessoa era adquirir o espaço se a Câmara não estivesse interessada, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes informado que a intenção da pessoa era que a sua ideia de negócio fosse acolhida naquele espaço não sabendo mais nada para além disso.

A Sra. Presidente interveio dando conta que, em face da decisão do Tribunal de Contas, existe um conjunto de questões que o Executivo necessita de ver respondidas para decidir, nomeadamente sobre as avaliações e sobre os valores que poderão estar em causa para requalificar o espaço. Informou que foi decidido agendar uma reunião ao Administrador Judicial da insolvência da Barros III que também tem uma palavra a dizer na questão, reunião essa que já foi solicitada pela Câmara mas que ainda não está marcada. Resumindo, informou que não há qualquer decisão tomada em função das informações que ainda terão de ser recolhidas e dos elementos que terão de obter para que a decisão seja a mais assertiva possível.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se as informações que necessitam eram em relação ao valor da aquisição, tendo a Sra. Presidente respondido que são uma série de questões que o Tribunal de Contas elencou quando foi pedido o Visto e que, na sua opinião, são pertinentes e com tal considera indispensável que haja uma resposta para as mesmas, sendo que tal implica um conjunto de avaliações que terão de ser feitas.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que sabia que o valor inicial era de cerca de seiscentos mil euros e que depois passou a quatrocentos e sessenta e dois, questionando se, na altura, se tinha chegado àquele valor através de uma avaliação.

Interveio a Dra. Bernardina Macedo esclarecendo que não altura não se fez qualquer avaliação, acrescentando que a distribuição do valor pelos vários artigos matriciais do espaço da Barros III, do que lhe parece, foi um trabalho do próprio Administrador da insolvência que os transmitiu simplesmente ao cartório notarial, e como tal, a Câmara apenas conheceu o valor de cada um desses artigos através da minuta de contrato elaborada por aquela instituição.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Vereador António Antunes para questionar qual era o valor do preço por metro quadrado do espaço, ao que a Sr. Presidente respondeu que não fez essas contas, tendo, de imediato, aquele vereador afirmado que era importante saber essa informação.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes esclareceu que não pretende que sempre que aborda esta questão o Executivo fique a pensar que os Vereadores do PS estão influenciados por determinados fatores salientando que considera que a *“estratégia de acolhimento de investimento em Castanheira de Pera pode e deve não passar exclusivamente por aquele espaço”*, no entanto, também considera que aquele espaço *“reúne condições para se constituir como uma mais-valia da prossecução deste objetivo”*.

Prosseguindo, acrescentou que, obviamente, não se devem descurar espaços como os pavilhões da Retorta e o parque Industrial do Safrujo mas é importante *“começar”* sendo este um desafio que se coloca a todos os membros do Executivo porque vão aparecendo eventuais investidores no concelho e o pior que pode acontecer é esses investidores sentirem que não estão reunidas as condições para o que pretendem.

Interrompendo, a Sra. Presidente referiu que, efetivamente, não estão reunidas as condições para receber investidores nesses espaços, salientando que nas abordagens que tem tido por parte de eventuais investidores, tem apresentado as alternativas que o Município possui.

Nessa sequência, o Sr. Vereador António Antunes questionou se essas alternativas são propriedade do Município.

Em resposta, a Sra. Presidente informou que algumas alternativas são propriedade do Município e outras são de particulares tendo, de imediato, o Sr. Vereador António Antunes argumentado que o benefício para estes investidores seria encontrarem alternativas a valores competitivos.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a questão é mesmo não haver essas alternativas pelo que urge arranjar formas de as ter.

Retomando, o Sr. Vereador António Antunes lembrou que já foi discutida esta questão há algum tempo e não houve qualquer desenvolvimento, ou seja, não há uma definição de um custo para a reabilitação da Retorta, a questão da Barros III está neste impasse e o Parque do Safrujo está nas condições que todos conhecem tendo.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes acrescentou que, em seu entender, temos de ser pragmáticos neste aspeto e verificar qual o espaço que deve ser reabilitado em primeiro lugar.

Depois de alguma troca de considerações sobre o assunto, o Sr. Vereador António Antunes referiu que deverá ser equacionado o custo/ benefício quer da Barros III quer da Retorta para, num curto espaço de tempo, verificarmos qual é a solução mais vantajosa.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Com a palavra, a Sra. Presidente realçou que, obviamente terá de se verificar qual é a solução mais vantajosa, porém também é importante ter em conta o investimento que se efetuou na Retorta ao longo dos anos.

Depois de mais alguma troca de considerações sobre o assunto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes anotou que o *“concelho está numa rota de despovoamento muito acelerado”* e que, independentemente da solução, considera importante criar soluções *“em conjunto”* para inverter esta realidade. Fez referência à questão da Barros III, questão sobre a qual a Sra. Presidente manifestou dúvidas há algum tempo, nomeadamente quanto às questões levantadas pelo Tribunal de Contas e agora ainda pretende reunir com o Administrador Judicial da insolvência salientando que esta questão não pode continuar a arrastar-se.

Intervindo, a Sra. Presidente esclareceu que o agendamento da reunião com o Administrador Judicial da Insolvência da Barros III servirá para inteirar-se das várias questões onde tem dúvidas porque, como todos sabem, não esteve na parte inicial do processo e não sabe quais as negociações encetadas na altura.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez notar que o primeiro passo terá de ser a Presidente de Câmara dizer ao Sr. Administrador que quer retomar as negociações.

Seguidamente interveio o Sr. Vereador João Graça para anotar que a questão da Barros III não é simples nem imediata uma vez que implica valores elevados, nomeadamente, o valor da aquisição e o valor para requalificar o espaço sendo, por isso tão importante a realização desta reunião de forma a esclarecer as negociações iniciais.

Solicitou a palavra a Dra. Bernardina para informar que a Sra. Presidente já lhe tinha dado instruções para agendar a reunião com o Sr. Administrador Judicial da Insolvência da Barros III e que ainda não lhe tinha sido possível fazê-lo pedindo desculpas pelo facto, mas que iria fazê-lo com a maior brevidade.

Com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que assim o assunto estava esclarecido agradecendo a explicação.

Prosseguindo, fez referência à Ribeirapera recordando que a Sra. Presidente tinha dito que iria convidar o Sr. Administrador a vir a uma reunião de Câmara tendo, de imediato, aquela informado que convidou, mas que, contudo, não lhe foi possível estar presente por questões de trabalho.

Sobre este assunto, interveio o Sr. Vereador Nuno Tomás acrescentando que a Administração não está parada, continua a tentar arranjar uma solução, e percebe a preocupação dos Senhores Vereadores do PS assegurando que a reunião irá realizar-se porque é importante e urgente arranjar uma solução para aquele parque.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que depreendia que a reunião com a Bainha Aberta ainda não se tinha realizado tendo a Sra. Presidente informado que tinha intenção de a realizar até ao final do ano.

Para terminar a sua intervenção e por ser a última reunião de Câmara antes do Natal, deixou em seu nome e em nome do Vereador António Antunes a todos os Castanheirenses, a todo o Executivo e a todos os funcionários da Câmara Municipal os *“sinceros votos de uma santa quadra e um 2019 pleno de realizações e sucessos”*.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando qual a intervenção que está a ser executada na estrada que vai para a Gestosa uma vez que verificou que anda um trator do Município a efetuar a limpeza das bermas e valetas mas não estão a efetuar a limpeza dos 10 metros.

Usou da palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás respondendo que aquela intervenção é apenas para limpar bermas e valetas porque havia locais onde a vegetação estava a chegar à estrada.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador António Antunes questionou se essa intervenção não poderia ser incluída no contrato de empreitada que está previsto e que incluía a limpeza da faixa dos 10 metros parecendo-lhe que se está *“fazer trabalho sobre trabalho”*.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás explicou que a preocupação foi efetuar a limpeza da estrada que vai para as Fontes, que nunca tinha sido intervencionada, e foi decidido limpá-la agora porque a intervenção da empreitada ainda irá demorar algum tempo e era um trabalho prioritário havendo, na sequência deste assunto, uma troca de impressões entre ambos.

Em seguida, a Sra. Presidente informou que o prazo para as vítimas dos incêndios de junho de 2017, requererem as indemnizações termina no dia 2 de janeiro de 2019, pelo que reiterou o pedido aos Senhores Vereadores para que, se tiverem conhecimento de alguém que ainda não tivesse efetuado o pedido e que pretendesse fazê-lo, o encaminhassem para os serviços do Município, que prestará apoio na instrução do processo.

Informou, ainda, que a contratação das pessoas que estão a trabalhar no BUPI termina no final do mês de dezembro.

Por último, informou que se vai realizar, no próximo dia 19 de dezembro, uma reunião da Proteção Civil Municipal para discutir a situação da queda das árvores queimadas que não foram cortadas pelos proprietários, bem como outros assuntos relevantes nessa área.

Na sequência da última informação prestada, o Sr. Vereador António Antunes perguntou se já estava esclarecida a questão do número de metros a serem intervencionados, se 10 ou 10 mais 15.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Em resposta, a Sra. Presidente informou que iria ser intervencionada uma área de cerca de 10 metros, tendo a Dra. Bernardina complementado que se verifica a necessidade de serem cortadas as árvores em perigo de tombar para as áreas públicas, acrescentando que a questão que se coloca é que a legislação, nos termos em que está redigida, não é muito clara quanto às competências da Câmara depois de ter notificado o proprietário. Mais, porque pode estar em causa a segurança de pessoas e bens, o assunto seria levado à reunião da Proteção Civil Municipal a fim de ser analisado e decidido.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes sublinhou que continuava com a mesma dúvida de há algumas reuniões atrás questionando qual é o enquadramento que a Câmara vai dar às situações das limpezas nas zonas afetadas pelos incêndios tendo a Dra. Bernardina respondido, de imediato, que a essa questão ainda não lhe conseguia responder.

Na sequência houve uma breve troca de considerações sobre o assunto tendo a Sra. Presidente concluído que esta matéria necessita de medidas urgentes e daí a necessidade da reunião de Proteção Civil Municipal para definir algumas questões.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente deu este período por encerrado e passou à ordem do dia.

4. FUNDO PARA O SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTES – AUTORIZAÇÃO PARA A TRANSFERÊNCIA DO FINANCIAMENTO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA DE TRANSPORTE PARA A CIMRL - RATIFICAÇÃO

Presente e-mail remetido pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. relativo ao financiamento regular das Autoridades de Transportes, solicitando, nomeadamente, o preenchimento de formulário de atualização de informação e a remessa até 06 de dezembro, pelos municípios que o pretendessem fazer, da declaração de autorização da transferência do financiamento regular das Autoridades de Transportes para a comunidade intermunicipal (CIM).

Considerando que o Município celebrou, em 03/08/2017, um contrato interadministrativo de delegação de competências com a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros;

Considerando que, em face de uma delegação de competências dos municípios na respetiva CIM o financiamento pode ser requerido e atribuído diretamente a esta entidade, sendo, nesse caso, majorado em 50%;

À semelhança do ano transato, foi emitida a declaração de autorização da transferência do financiamento regular do Município, enquanto Autoridade de Transportes, para a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o despacho de autorização proferido pela Sra. Presidente para o efeito.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

5. PRAZILÂNDIA, TURISMO E AMBIENTE, E.M. – CONTRATOS-PROGRAMA PARA O ANO DE 2019

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a prestação de serviços de interesse geral pelas empresas locais e os correspondentes subsídios à exploração dependem da prévia celebração de contratos-programa com as entidades públicas participantes;

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 5 do supra referido preceito legal, o Município celebrou com aquela empresa três contratos-programa para o ano em curso (Contrato-programa para o Museu Casa do Tempo e Lagar do Corga, Contrato-programa para o Parque Azul e Contrato-programa para a Promoção Turística e de Atividades Culturais, Educativas e Desportivas), que se encontram em execução;

Considerando que os pressupostos subjacentes à celebração dos mesmos se mantêm;

Considerando a necessidade de introdução no seu clausulado de algumas alterações, não apenas para uniformizar a redação de alguns pontos, mas também para ajustar o texto em função da evolução que se vem observando da sua execução, bem como dos objetivos que se desejam alcançar, em conformidade com as opções gestionárias pretendidas;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a renovação de todos os contratos-programa com a Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M. atualmente em curso, para vigorar em 2019, com as alterações ora introduzidas, nos precisos termos das respetivas minutas que se juntam em anexo e se dão aqui por reproduzidas para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, sem prejuízo de eventual outorga em momento posterior de outro(s) contrato(s)-programa em função de atividades específicas que não caibam no âmbito dos presentes.

DISCUSSÃO:

Sobre este ponto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se os contratos-programa seriam renovados nos mesmos moldes que se têm vindo a celebrar ao longo dos anos, nomeadamente nos mesmos montantes financeiros, tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondido afirmativamente.

Continuando, o Sr. Vereador referiu que os vereadores do PS não têm, nesta fase, nada a opor até porque estariam a entrar em contradição uma vez que na reunião anterior disseram que o plano de atividades e o orçamento estavam bem-feitos, o que reiteram. De todo o modo, salienta que é importante, que é preciso, *“começar a trilhar caminho no sentido de autonomização da empresa”*, percebe que estes contratos têm um determinado objetivo porque senão nem poderiam existir mas de facto, e uma vez que a empresa vai dando *“sinais de maior pujança financeira”*, considera que é importante que *“se vá ponderando a hipótese de caminhar no sentido de libertar estas verbas para outros destinos”*. Repetiu que mantém o entendimento de que os contratos-programa continuam a fazer sentido e que é importante *“não cortar as pernas à empresa”* garantindo o *“voto favorável”*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

dos Vereadores do PS, sendo certo que a sua *“posição de princípio é, de facto, seguir no sentido de aligeirar um pouco o impacto financeiro que os contratos-programa geram nos cofres do Município”*.

Interveio a Dra. Bernardina para informar que foram feitos pequenos ajustes de redação e de uniformização nos contratos-programa.

Depois de uma breve troca de impressões sobre este ponto e não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a deliberação.
DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

6. CLÍNICA “O MEU DOUTOR – REABILITAÇÃO AUDITIVA PORTUGAL” – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA UNIDADE MÓVEL – AUTORIZAÇÃO

Presente e-mail remetido pelas Clínicas “O Meu Doutor – Reabilitação Auditiva Portugal”, a solicitar no âmbito de uma campanha de reabilitação auditiva que se encontram a realizar por todo o País, autorização para ocupação de espaço público junto à sede do Município, para instalação da sua unidade móvel de rastreio auditivo, no próximo dia 20 de dezembro (quinta-feira), das 10h30m às 17h00m, bem como a cedência de um ponto de luz para o efeito.

Presente também informação do Fiscal Municipal, datada de 13 de dezembro corrente, proferindo parecer no sentido do deferimento do pedido, indicando como local para instalação da unidade móvel o espaço habitual, em frente ao edifício dos Paços do Concelho, mediante o pagamento das respetivas taxas.

Considerando que a ação a desenvolver se revela de grande interesse para a população concelhia, nomeadamente no que respeita à saúde auditiva, a que acresce o facto de ser gratuita e, por isso, acessível a todos os interessados, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar o pedido de ocupação da via pública em apreço, mediante o pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

7. MUNÍCIPIO DA LOUSÃ – LOUZAN TRAIL 2019 – PEDIDO DE PARECER

Presente e-mail da Câmara Municipal da Lousã, a informar que a empresa Montanha Clube – Secção de Trail pretende organizar, no próximo dia 27 de janeiro de 2019, mais uma edição do “Louzan Trail”, evento de corrida de montanha, contemplando três percursos de trail e um de caminhada, e a solicitar, para efeito de licenciamento, parecer relativo à passagem do evento pelo concelho de Castanheira de Pera.

Encontrando-se o pedido devidamente instruído e não se verificando impedimentos que obstem à sua apreciação, propõe-se que, para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à passagem pelo concelho da indicada prova, mediante o cumprimento do determinado pelo artigo 10.º do mesmo diploma legal.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

8. TEARES DA SERRA – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E PROVAS DE AIRSOFT

Presente carta da Teares da Serra – Associação Recreativa e Cultural a solicitar a cedência dos pavilhões da antiga Fábrica da Retorta, para realização de atividades de airsoft, modalidade desportiva onde os jogadores participam em simulações de operações policiais/militares com armas de pressão.

Considerando que a implementação da modalidade em apreço será uma mais-valia para a diversificação da oferta desportiva do Concelho, contribuindo para atrair praticantes, bem como grupos de familiares e amigos que, eventualmente, os acompanhem;

Considerando que o espaço pretendido é objeto de um contrato de leasing outorgado entre o Município e o Millennium Bcp, carecendo, assim, a eventual cedência, não apenas de autorização do Município, mas também daquela instituição bancária;

Considerando que a requerente assume toda a responsabilidade inerente à atividade a realizar, desresponsabilizando o Município por quaisquer causalidades que possam vir a ocorrer;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar a cedência do espaço em causa, mediante o cumprimento das seguintes condições:

- A cedência é efetuada a título precário e gratuito, carecendo de prévia autorização do Millennium Bcp;
- A requerente deverá entregar o espaço cedido logo que o Município a notifique para o efeito, sem necessidade de invocar qualquer fundamento;
- O espaço deve ser entregue pela requerente livre e devoluto e no estado em que lhe foi entregue, em tudo o que não contrariar as presentes condições;
- A requerente não poderá realizar no imóvel quaisquer obras ou intervenções sem prévia autorização, escrita, do Município;
- Quaisquer obras ou intervenções realizadas ficarão a fazer parte do imóvel, não podendo a requerente arrogar-se de quaisquer direitos sobre as mesmas ou alegar retenção;
- É negada à requerente a utilização daquele espaço para fins diversos dos indicados, bem como a cedência da sua posição a terceiros, de forma onerosa ou gratuita;
- Assunção pela requerente de todas as obrigações inerentes à atividade a desenvolver no espaço, incluindo, nomeadamente, seguros, licenças/autorizações, bem como tudo o que se revele necessário à concretização da mesma;
- Obrigação da requerente de garantir todas as condições de segurança que se afigurem necessárias no âmbito da presente cedência;
- O Município denega quaisquer responsabilidades por eventuais danos e ou situações geradoras de obrigações, decorrentes da presente cedência, nomeadamente, as que possam resultar do estado dos imóveis.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Mais se propõe que a Câmara Municipal delibere que seja outorgado com a requerente um Acordo de Cedência dos imóveis em apreço contendo as condições ora propostas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

9. JANTAR DE NATAL

Considerando que o Natal é um momento propício para reunir os colaboradores num ambiente informal e descontraído, que promova momentos de convívio e reforce o verdadeiro espírito de equipa;

Considerando o parecer jurídico emitido pelo escritório de advogados Teófilo Araújo dos Santos, em 09/12/2018;

Considerando que a realização do jantar de natal prefigura uma medida de gestão dos recursos humanos afetos ao Município, e implica, necessariamente a realização de uma despesa;

Considerando que a realização da despesa em causa, e do respetivo contrato terá de reger-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro;

Considerando que, deste modo, foi aberto um procedimento para adjudicação do respetivo serviço, que ora se faz presente;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido da realização de um jantar de Natal para os trabalhadores e colaboradores do Município, bem como para os membros do Executivo Municipal, com os fundamentos supra expostos e adjudicação do serviço à empresa Hotel Lagar do Lago – Conceição e Correia, Empreendimentos Turísticos, nos termos dos documentos anexos, corroborando, em conformidade, todos os atos praticados pela Senhora Presidente da Câmara para a concretização dos indicados fins.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

10. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 12 de dezembro de 2018, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.368.577,51 € (dois milhões trezentos e sessenta e oito mil quinhentos e setenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.306.586,57 € (dois milhões trezentos e seis mil quinhentos e oitenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos) e as operações não orçamentais no valor de 61.990,94 € (sessenta e um mil novecentos e noventa euros e noventa e quatro cêntimos). Os movimentos de tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.378.720,81 € (dois milhões trezentos e setenta e oito mil setecentos e vinte euros e oitenta e um cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

11. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 29/11/2018 e 12/12/2018, registados sob os números 1460 a 1537, no valor total



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

de 174.406,12€ (cento e setenta e quatro mil quatrocentos e seis euros e doze centimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

12. 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2018

Ao abrigo do ponto 8.3.2.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano / Plano Plurianual de Investimentos 2018, por redução ou anulação da despesa dos seguintes projetos:

- 01 111 2017/76 1 – Equipamento Informático, no valor negativo de 124.650,00€;
- 01 111 2017/76 2 – Software Informático, no valor negativo de 66.997,00€;
- 01 111 2018 3 1 – Aquisição, no valor negativo de 15.000,00€;
- 01 111 2018 45 – Reparação e Beneficiação da Casa Bissaya Barreto, no valor negativo de 4.999,00€;
- 01 121 2018 29 1- Equipamento Informático, no valor negativo de 11.799,00€;
- 01 121 2018 30 – Cartografia de Riscos/Atlas de Riscos Naturais e Tecnológicos, no valor negativo de 13.599,00€;
- 02 211 2018 73 – Arranjos Exteriores no Jardim de Infância, no valor negativo de 4.999,00€;
- 02 211 2018 74 – Cobertura entre Jardim de Infância e Escola EB1, no valor negativo de 4.999,00€;
- 02 240 2016 13 – Reabilitação do Edifício e Logradouro da Escola Primária Viscondessa Nova Granada, no valor negativo de 349.999,00€;
- 02 240 2017 62 – Regeneração de Edifícios e Construções Municipais, Edificações Municipais (Pavilhão Retorta, Pavilhão Gimnodesportivo, Estaleiro Municipal e Escola do Troviscal) Incêndio/2017, no valor negativo de 849.000,00€;
- 02 242 2017 8 – Projeto – Requalificação do Espaço Público e Reabilitação da Frente Ribeirinha na Zona Ribeiro do Ameal, no valor negativo de 9.999,00€;
- 02 243 2018 37 – Construção de Estação Elevatória e Emissário entre Anchas e a ETAR da Vila de Cast^a. de Pera/Retorta, no valor negativo de 128.799,00€;
- 02 243 2018 38 – Construção de Estação Elevatória e Emissário entre Carvalhal do Poço Corga/SAR de Torgal, no valor negativo de 81.000,00€;
- 02 243 2018 39 – Remodelação/Beneficiação da ETAR Sarzedas de S. Pedro/Sarzedas do Vasco, no valor negativo de 160.000,00€;
- 02 245 2017 63 – Recuperação de Espaços Urbanos/Equipamento, Contentores de Lixo (incluindo ecopontos) Incêndio 2017, no valor negativo de 69.320,00€;
- 02 252 2017 66 – Reabilitação de Parques de Merendas, Infantis, Sinalética de Percursos Pedestres/Incêndio 2017, no valor negativo de 80.000,00€;
- 02 252 2017 70 – Recuperação do Sistema Público de Distribuição de Água, Reservatório Campo de Futebol/Incêndio 2017, no valor negativo de 9.500,00€;
- 03 320 2018 84 – Requalificação de Pavilhão Empresarial, no valor negativo de 44.780,00€;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

- 03 331 2017 60 – Reabilitação de Estradas Municipais/Incêndio 2017, no valor negativo de 725.000,00€;
- 03 331 2017 64 – Recuperação de Espaços Urbanos/Equipamento, Abrigos de Passageiros/Incêndio 2017 no valor negativo de 43.818,00€;
- 03 331 2017 71 – Segurança Rodoviária (Sinalética Vertical/Horizontal e Guardas de Segurança) Incêndio 2017, no valor negativo de 138.300,00€;
- 03 342 2018 85 1 – Percursos Pedestres BTT/Geocaching/Trilho Terras de Peralta, no valor negativo de 104.999,00€;
- 03 342 2018 86 – Passadiços de Peralta, no valor negativo 39.999,00€.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano/Atividades Mais Relevantes 2018, por redução ou anulação da despesa dos seguintes projetos:

- 02 246 2017 75 1 – Corte e Remoção de Material Vegetal Arbóreo e Arbustivo Ardido, no valor negativo de 32.644,00€;
- 02 246 2017 75 2 – Remoção de Sedimentos e Outros Materiais nos Leitos, no valor negativo de 38.421,00€;
- 02 246 2017 75 3 – Recuperação da Secção de Vazão das Passagens Hidráulicas e Pontões, no valor negativo de 165,00€;
- 02 246 2017 75 4 – Consolidação e Recuperação de Taludes e Margens, no valor negativo de 215.798,00€;
- 02 246 2017 75 5 – Reposição/Reabilitação da Galeria Ripícola (Plantação e/ou Sementeira de Espécies Autóctones), no valor negativo de 21.254,00€;
- 02 246 2017 75 6 – Reabilitação de Açudes Existentes, com Objetivos de Correção Torrencial, no valor negativo de 6.272,00€;
- 02 246 2017 75 7 – Construção de Pequenas Obras de Correção Torrencial, no valor negativo de 4.427,00€;
- 02 246 2018 5024 – Intervenções de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio/Incêndio 2017, no valor negativo de 62.076,00€.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes pedindo uma breve explicação sobre este ponto.

Com a palavra, a Sra. Presidente explicou que esta proposta é para finalizar um ciclo orçamental do ano económico de alguns projetos inscritos nas Grandes Opções do Plano que ainda não tiveram execução orçamental, ou seja, os níveis da execução orçamental das GOP e da receita encontram-se aquém do que seria expectável pelo que se tornou necessário anular ou diminuir a despesa, relacionada com alguns projetos inscritos. Acrescentou, ainda, que alguns dos projetos inscritos não tiveram execução e outros ficaram aquém dos procedimentos (ou seja foram executados com um valor mais baixo).

De novo com a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que, em suma, são todos os projetos que não foram executados.

A Sra. Presidente contrariou aquela afirmação explicando que estão explanados alguns projetos que foram executados mas que os valores ficaram abaixo do que estava orçamentado, citando alguns.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Retomando, Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que a explicação é generalista e pegando no exemplo da reabilitação do edifício da antiga escola primária questionou se retirando a verba alocada para o efeito se poderia inferir se vamos perder o financiamento tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondeu que neste momento lhe poderá dizer que, em princípio, não será esse o desfecho.

Em jeito de conclusão, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes mencionou que inferia, então, que o mesmo se aplica a todos os projetos explanados ou seja não vamos perder nenhum financiamento.

A Sra. Presidente referiu que neste preciso momento tudo está a ser feito para que tal não aconteça transmitindo que de todos os projetos nomeados *“não há perca nenhuma”*.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes questionou se há apenas atrasos tendo, de imediato, a Sra. Presidente respondeu que naturalmente que sim *“como é compreensível”*.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes argumentou que, do seu ponto de vista, era compreensível em alguns casos, noutros nem tanto.

Retorquindo, a Sra. Presidente salientou que o seu desejo era que já estivesse tudo executado até porque permitiria ter apresentado outro orçamento.

Interveio o Sr. Vereador António Antunes fazendo referência à rubrica de “Consolidação e Recuperação de Taludes e Margens” onde se verifica um valor de cerca de trinta e dois mil euros a menos, questionando se essa diferença é uma poupança ou ainda não foram executados alguns trabalhos.

De imediato, a Sra. Presidente respondeu que esse valor é uma poupança, porque houve um procedimento e o valor ficou abaixo desse procedimento.

Na sequência da explicação, o Sr. Vereador António Antunes referiu que podia aferir que no concurso público lançado a base ficou abaixo do que estava orçamentado e assim sendo é uma leitura um pouco diferente de poupança. Concluiu que esta situação não se deve a ter havido uma boa gestão mas sim devido ao valor dos concursos, situação que no fundo apenas vem confirmar a opinião dos Vereadores do PS que é *“de fraca execução física o orçamento para 2019”*.

Corroborando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que esta não é uma simples alteração ao orçamento e traduz o resultado que vem muito ao encontro das preocupações que os Vereadores do PS têm reiteradamente manifestado.

Depois de alguma troca de considerações sobre esta matéria, a Sra. Presidente submeteu o assunto a deliberação.

DELIBERAÇÃO:



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

13. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2018

Ao abrigo da alínea a) da nota 8.3.1.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal a 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, no valor de 3.462.612,00 € (três milhões quatrocentos e sessenta e dois mil seiscentos e doze euros), por anulação, e da 2ª. Revisão ao Orçamento da Receita, no valor de 3.462.612,00 € (três milhões quatrocentos e sessenta e dois mil seiscentos e doze euros), igualmente por anulação.

DISCUSSÃO:

Com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes questionou se esta alteração no valor ao orçamento para 2018 tem alguma implicação para o Município do ponto de vista fiscal.

A Sra. Presidente solicitou a presença do Dr. João Pegado, Técnico Superior da Secção Financeira, que explicou que não existem quaisquer implicações e que esta alteração apenas serve para adaptar o orçamento à realidade das grandes opções do plano e do orçamento.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a deliberação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta com a abstenção dos Senhores Vereadores do PS.

14. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA 2019

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à administração local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização conferida pelo respetivo órgão deliberativo, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 €, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

público-privadas, quando envolvam entidades da administração local, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal;

Propõe-se que, ao abrigo das disposições legais e enquadramento supracitados, por motivos de simplificação e celeridade processuais e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do Setor Público Administrativo, a Câmara proponha à Assembleia Municipal que delibere:

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/ 2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:
 - a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
 - b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia ora proposta, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/ 2012, de 21 de fevereiro, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.
4. O regime de autorização previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir, ou que tenham produzido efeitos no dia imediatamente a seguir à tomada de deliberação da Assembleia Municipal.
5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

15. REGULAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Nos termos do ponto 2.9.1 do Anexo (POCAL) ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, o sistema de controlo interno a adotar pelas autarquias locais engloba, designadamente, o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável

Compete ao órgão executivo, nos termos do ponto 2.9.3 do diploma legal supra indicado, em articulação com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elaborar, aprovar e manter em



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

funcionamento o sistema de controlo interno adequado às atividades da autarquia local, assegurando o seu acompanhamento e avaliação permanente.

Dando cumprimento a essa obrigação legal e verificando-se que o Regulamento do Sistema de Controlo Interno do Município se encontra desajustado face à presente Estrutura Orgânica e à Organização dos Serviços Municipais, procedeu-se à sua revisão, adaptando-o às circunstâncias atuais.

Por outro lado, não obstante o caráter pontual das alterações efetuadas, por simplicidade processual, opta-se por submeter à aprovação do órgão executivo o seu texto integral.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo dos preceitos legais acima mencionados, aprove o novo Regulamento do Sistema de Controlo Interno do Município.

DISCUSSÃO.

Os Senhores Vereadores do PS referiram que este documento remete muito para a legislação e como tal questionaram se as alterações introduzidas derivam da Lei.

Interveio a Dra. Bernardina para explicar que as alterações também derivam da Lei uma vez que o Município tinha uma norma de controlo interno muito desatualizado, datada de 2006, e, ainda estava com a estrutura orgânica da época, e como tal, necessitava de ser atualizada em função da realidade orgânica atual bem como necessitava de ser passada para o POCAL, que ainda não tinha ocorrido. Deu conta que, entretanto, poderá haver a necessidade de uma nova alteração para que passe para a nova contabilidade, que ainda não se sabe se vai entrar em vigor. Por último, informou que o Tribunal de Contas tem vindo a insistir para que o Município procedesse a esta atualização.

Com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes comentou que na nota justificativa é referido que tendo o Município procedido *“a uma reestruturação dos serviços municipais do concelho de Castanheira de Pera (...) é tempo de alterar agora o sistema de regulamento de controlo interno...”* e daí a dúvida dos Vereadores do PS.

Intervindo novamente, a Dra. Bernardina esclareceu que não foi feita nenhuma reestruturação mas sim uma alteração à norma para se adaptar à estrutura orgânica do Município tal como disse há pouco.

Retomando, o Vereador António Antunes sugeriu que ficasse espelhado da forma como estava a ser explicado porque ao ler parece que esta alteração foi feita pelo executivo que tomou posse há um ano e não porque existe uma necessidade legal.

A Dra. Bernardina referiu que bastava modificar a nota justificativa de modo a que fique escrito que não é fruto de nenhuma reestruturação orgânica mas sim uma adequação à realidade atual da Câmara Municipal.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

A Sra. Presidente deu indicações para que fosse efetuada, de imediato, a sugestão de alteração do Sr. Vereador António Antunes.

Não se registando mais intervenções submeteu o assunto a deliberação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

16. EMPREITADA DE “INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÓS-INCÊNDIO/ INCÊNDIO 2017 (INCÊNDIO FLORESTAL DE PEDRÓGÃO GRANDE)” – ADJUDICAÇÃO

Ponto retirado da ordem de trabalhos.

17. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM SISTEMA INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E DA CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA INTERMUNICIPAL QUE O VAI GERIR

Considerando que:

1. As atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do ambiente.
2. A sustentabilidade técnica e económico-financeira dos serviços é uma prioridade para as regiões de Coimbra e Leiria, que aliás têm vindo a fazer esforços no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado aos seus municípios.
3. O percurso para a constituição de uma solução agregada nos municípios da Região de Coimbra tem vindo a ser desenvolvido e amadurecido ao longo dos últimos seis anos: entre 2011 e 2013 a AdP desenvolveu um conjunto de estudos; em 2016, os próprios municípios desenvolveram um trabalho para o mesmo efeito.
4. Em 2017-2018, as Comunidades Intermunicipais da Região de Coimbra e de Leiria iniciaram um trabalho para o mesmo efeito, para 14 municípios, intitulado “Estudo Estratégico relativo à agregação dos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Arganil, Castanheira de Pera, Condeixa-a-Nova, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, no âmbito do abastecimento de água em baixa, saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos”, que se anexa como Anexo 1.
5. Desse trabalho resultou a evidenciação das vantagens da agregação, isto é, da criação do sistema intermunicipal projetado.
6. Este estudo concluiu especialmente que, na análise da situação atual: (i) a gestão dos serviços de água, saneamento e resíduos urbanos apresenta fortes dificuldades, com limitados recursos humanos, técnicos, tecnológicos e financeiros; (ii) os padrões de nível de serviço atualmente exigidos dificilmente se conseguem atingir, mantendo o status quo; (iii) que em Municípios do interior, com reduzida dimensão, o baixo nível de serviço não é atrativo para empresas nem para famílias que pretendam fixar-se nesses



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

- Municípios; (iv) a situação atual aconselha a uma mudança no modelo de gestão capaz de gerar eficiência e sustentabilidade económica e financeira; (v) é, contudo, necessária uma dimensão mínima, capaz de dar resposta aos desafios atuais e que (vi) tal dimensão é possível concretizar-se através da agregação dos serviços de vários municípios vizinhos, numa única entidade profissional e geradora de escala e exclusivamente dedicada aos serviços de água, saneamento e resíduos urbanos.
7. Adicionalmente, o mencionado estudo abordava os quatro modelos de gestão agregada possíveis.
 8. Neste quadro, os municípios decidiram aprofundar os estudos de agregação dos serviços dos municípios.
 9. O Estudo mencionado evidencia um conjunto de vantagens subjacentes à criação de um sistema intermunicipal, entre os quais (i) a racionalidade e cultura empresarial focada nos resultados produzidos, na eficiência e na eficácia, permitindo assim a aplicação de um tarifário otimizado; (ii) o aumento dos ganhos de eficiência ao nível da operação, por via da otimização de processos; (iii) o aumento de capacidade negocial junto dos principais fornecedores; (iv) a melhor gestão dos caudais contratados com a AdvTejo e AdCLitoral; (v) o reforço da equidade tarifária junto das populações entre municípios da mesma região; (vi) a garantia de tarifários capazes de assegurar a acessibilidade económica de toda a população em todos os municípios abrangidos; (vii) a manutenção de estruturas operacionais e de atendimento ao Cliente em todos os Municípios; (viii) a garantia de condições salariais e regalias para todos os trabalhadores, que só transitarão para a nova Empresa numa base voluntária; (ix) a possibilidade de realizar investimentos significativos de uma forma sustentável e duradoura e sem dependência de constrangimentos orçamentais e financeiros dos municípios; (x) a elegibilidade para efeitos de atribuição de subsídios ao investimento não reembolsáveis destinado exclusivamente a soluções agregadas (apenas para investimentos a efetuar até 2023); (xi) o aumento da capacidade de endividamento junto das entidades financiadoras tendo em vista a execução do plano de investimentos previstos.
 10. Nesta base, fica demonstrada a racionalidade económica e financeira acrescentada decorrente da integração territorial dos sistemas municipais, para efeitos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.
 11. Não obstante a saída do processo de 3 dos municípios envolvidos (Condeixa-a-Nova, Arganil e Miranda do Corvo), a racionalidade económica e financeira acrescentada demonstrada não fica comprometida na lógica de uma integração territorial de apenas 11 municípios, e já não de 14 municípios, como demonstrado no “Estudo de fundamentação da racionalidade económica e financeira acrescentada decorrente da integração territorial dos sistemas”, datado de 27 de Novembro de 2018, que se junta como Anexo 2.
 12. Assim, os restantes 11 municípios (Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

- Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares) consideraram que os pressupostos que tinham levado ao estudo da possível criação de um sistema intermunicipal se mantinham, devendo prosseguir-se para a opção pelo modelo de gestão do sistema intermunicipal a criar que mais benefícios trouxesse a esse sistema global.
13. Com base nos dois Estudos mencionados, os vários municípios, no âmbito das conversações e negociações tendentes à criação do sistema intermunicipal, foram apontando, informalmente, para que o sistema intermunicipal a criar fosse gerido através do modelo de gestão delegada em empresa local intermunicipal, a constituir com participação exclusiva dos Municípios no respetivo capital social, sem prejuízo das deliberações formalmente necessárias a tomar em momento próprio.
14. Com efeito, em conformidade com a análise levada a cabo nos Estudos mencionados, o modelo de gestão delegada em empresa intermunicipal de capitais exclusivamente municipais é aquele que melhor defende os interesses dos municípios e que dá mais garantias de sucesso do projeto, entre outros aspetos: (i) os valores tarifários obtidos permitem viabilizar financeiramente a empresa, não obstante dos avultados investimentos previstos (171 milhões de Euros, a preços constantes de 2018); (ii) os resultados estão positivamente influenciados pelo montante previsto de subsídios ao investimento não reembolsável, e, se é certo que, não existindo para já nenhuma garantia da sua atribuição, a verdade é que a opção de não agregação, retirará aos municípios a opção de se candidatarem aos fundos previstos para a primeira fase de investimentos (2019/23); (iii) o modelo de gestão empresa intermunicipal é o que mais benefícios financeiros (VAL) poderá trazer para os municípios; (iv) a Empresa Intermunicipal de capitais exclusivamente municipais garante o controlo exclusivo e a autonomia de gestão por parte dos Municípios.
15. Para além destas vantagens objetivas, considera-se que a opção por este modelo de gestão se apresenta, do ponto de vista político e da gestão autárquica, como o mais equilibrado, apresentando-se como um passo firme no sentido da empresarialização dos serviços e na obtenção de ganhos de eficiência e qualidade de serviço, mas sem implicar uma disrupção significativa na gestão autárquica.
16. Com efeito, a criação de empresa intermunicipal assegura a transição entre a atual gestão direta através de serviço municipal e uma gestão delegada que, assegurando as vantagens associadas à gestão empresarial e à maior dimensão, se mantém ainda totalmente na esfera autárquica, sem participação estadual (que poderia ter lugar através de uma parceria com o grupo AdP) e sem participação privada (que aconteceria mediante a opção pela concessão, ou mesmo aceitando-se a participação de privados no capital social da empresa intermunicipal).
17. A empresa a criar terá um capital social de Euros 1 100 000 (um milhão e cem euros), distribuído entre os acionistas segundo o critério do número de clientes com que cada município contribui para o sistema, cabendo, nessa lógica, ao Município de Castanheira de Pera uma participação social de 4,3 % naquele capital social.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

18. Estão, assim, reunidos os pressupostos legais e de interesse público necessários para a criação de um sistema intermunicipal e para a constituição de uma empresa intermunicipal, devendo assim, ser formalmente tomadas as decisões previstas no artigo 15.º (criação de sistema intermunicipal), no artigo 6.º (escolha do modelo de gestão) do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e no artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, (constituição da empresa local, a empresa intermunicipal que irá gerir o novo sistema intermunicipal).
19. Tais decisões cabem à Assembleia Municipal deste município, sendo propostas por esta câmara municipal.
20. Estas propostas devem ser acompanhadas, nos termos da lei, sob pena de nulidade, de todos os estudos que as fundamentam (os 2 anexos já mencionados), bem como do projeto do contrato constitutivo da empresa (que se junta como Anexo 3), da minuta de contrato de gestão delegada a celebrar obrigatoriamente entre a Entidade delegante, os municípios e a empresa (Anexo 4 já referido) e da pronúncia da ERSAR legalmente obrigatória sobre a criação do sistema intermunicipal, sobre a escolha do modelo de gestão delegada em empresa local e sobre as minutas dos contratos referidos (este parecer foi já emitido e junta-se como Anexo 5).
21. O parecer emitido pela ERSAR, não obstante recomendar a revisão da proposta do contrato de gestão delegada no sentido de incluir e atender aos comentários produzidos pela ERSAR ao longo do parecer (solicitando apenas que seja dado conhecimento posterior àquela entidade reguladora da nova versão do contrato de gestão delegada), não se pronuncia contra a criação do sistema intermunicipal em causa e criação de empresa local, reconhecendo mesmo alguns dos respetivos efeitos favoráveis, pese embora aconselhe a melhoria de alguns aspetos vertidos naquele documento.
22. Na sequência do parecer da ERSAR, foi solicitado aos consultores técnicos contratados para o efeito, e que vêm prestando assessoria aos Municípios neste domínio, a preparação de um relatório de fundamentação que pondere os comentários produzidos pela ERSAR e proceda a uma exposição circunstanciada de facto e de direito que justifique a motivação da decisão de criação do sistema e da empresa, mesmo que, em alguns casos, se considere não deverem ser atendidas as recomendações da ERSAR.
23. O Relatório Fundamentado assim preparado (que se junta como Anexo 6) conclui pela conveniência de serem acomodadas e aceites a grande maioria das recomendações da ERSAR, sem prejuízo de, em casos pontuais, ser fundamentada a manutenção da solução apresentada à ERSAR.
24. O resultado da adaptação documental às recomendações da ERSAR, nos termos explicitados no mencionado Relatório Fundamentado, já se encontra acomodado nos documentos juntos como Anexos 2, 3 e 4, correspondentes, respetivamente, ao Estudo de fundamentação da racionalidade económica e financeira acrescentada decorrente da integração territorial dos sistemas, ao projeto do contrato constitutivo da empresa e à minuta de contrato de gestão delegada a celebrar obrigatoriamente entre a Entidade delegante, os



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

- municípios e a empresa, devendo a versão final desses documentos ser enviada à ERSAR nos termos solicitados por aquela entidade reguladora.
25. Para além desses, considera-se também relevante celebrar um acordo parassocial com os demais acionistas da empresa, no qual sejam regulados aspetos que não devam figurar nos estatutos da empresa e cuja minuta figura no Anexo 7.
26. Uma vez deliberada pela Assembleia Municipal a aprovação da proposta de criação do sistema intermunicipal, da empresa intermunicipal e a minuta dos instrumentos contratuais anexos, o passo seguinte será a submissão ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, das minutas do contrato de constituição da empresa intermunicipal, acompanhada de todos os elementos legalmente obrigatórios, nos termos do disposto na Lei 50/2012, e do contrato de gestão delegada, tudo em conformidade com o regime legal aplicável à fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.
27. Após o visto prévio pelo Tribunal de Contas, o contrato constitutivo da empresa e o contrato de gestão delegada podem ser outorgados, devendo posteriormente seguir-se as comunicações legalmente obrigatórias.
28. Paralelamente encontra-se em preparação a candidatura da empresa intermunicipal a criar, ao Aviso PO SEUR 12-2017-05), designado por “Ciclo Urbano da Água (CUA) – Operações Promovidas por Entidades Gestoras Agregadas”, cujo prazo limite termina em 28 de fevereiro de 2019.
29. Os municípios de Penela, Lousã e Penacova têm, desde o primeiro momento, assumido um papel preponderante na dinamização do processo, protagonizando materialmente um papel de liderança material do conjunto dos municípios e um papel agregador de vontades e consensos, mesmo nos momentos mais críticos de alguma hesitação e impasse;
30. Tais municípios reúnem, assim, as condições ideais para, até à constituição formal da empresa intermunicipal - o que só poderá acontecer, como referido, após o visto do Tribunal de Contas (o qual poderá vir a ser emitido já após a apresentação da candidatura ao PO SEUR prevista no Considerando 28 anterior) - e durante o período de transição previsto no Contrato de Gestão Delegada com a duração de 6 meses, conduzirem o processo na interação com as entidades competentes - sem prejuízo da sua necessária articulação com cada município sempre que surja a necessidade de alterar matérias que já se encontrem consensualizadas e sem prejuízo do seu dever de informação dos municípios da evolução que o processo vá tendo -, contribuindo, assim, para manter o ritmo acelerado que é imperioso impregnar ao processo.

Assim, propõe-se que a Câmara delibere:

A Câmara Municipal de Castanheira de Pera tomou conhecimento da Proposta relativa à aprovação da criação de um sistema intermunicipal de serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos e da constituição de uma empresa intermunicipal para a gestão do sistema, a submeter à Assembleia Municipal para efeitos da respetiva deliberação e aprovação.

Após análise, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, com fundamento na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, deliberou concordar com a referida proposta e submeter à Assembleia Municipal proposta de:

- a) Constituição de sistema intermunicipal dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos, abrangendo os municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrógão, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, nos termos dos Anexos 1 a 8 à presente proposta (Sistema Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior);
- b) Aprovação, para efeitos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que o Sistema Intermunicipal a criar deve ser gerido através do modelo de gestão delegada em empresa local, a constituir com participação exclusiva dos Municípios no respetivo capital social.
- c) Aprovação, para o efeito, da constituição da APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, E.I.M., S.A., ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da minuta de contrato constitutivo de estatutos em anexo;
- d) Aprovação da participação do Município no capital social da empresa (Euros 1 100 000) 4,3 %;
- e) Aprovação do Relatório Fundamentado, em anexo, que contém a apreciação e fundamentação do município sobre a motivação da decisão tomada na presente deliberação, após ponderação dos comentários constantes do parecer da ERSAR;
- f) Aprovação da minuta de contrato de gestão delegada a celebrar entre o conjunto dos 11 Municípios e a empresa intermunicipal a constituir, que figura em anexo à deliberação;
- g) Aprovação da minuta de acordo parassocial a celebrar entre os acionistas da empresa, em anexo;
- h) Aprovação do envio à ERSAR das minutas de contrato de gestão delegada e contrato constitutivo da empresa e respetivos Estatutos, na sequência da presente deliberação;
- i) Aprovação da submissão ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, das minutas do contrato de constituição da empresa intermunicipal, acompanhada de todos os elementos legalmente obrigatórios nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, e do contrato de gestão delegada, tudo em conformidade com o regime legal aplicável à fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas;
- j) Aprovação da outorga do contrato constitutivo da empresa do contrato de gestão delegada após visto prévio pelo Tribunal de Contas, devendo posteriormente seguir-se as comunicações legalmente obrigatórias.

Mais se propõe a aprovação da condução de todo o processo, na interação com as entidades competentes, pelos municípios de Penela, Lousã e Penacova, até à constituição formal da empresa intermunicipal, e durante o período de transição previsto no Contrato de Gestão Delegada com a duração de 6 meses, sem prejuízo da sua necessária articulação com cada município sempre que surja a necessidade de alterar matérias que já se encontrem consensualizadas e sem



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

prejuízo do seu dever de informação dos municípios da evolução que o processo vá tendo.

DISCUSSÃO:

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referindo que, para si, este ponto é *“criticamente sensível”* uma vez que estamos a falar de *“uma proposta que na sua essência se constituiu aqui com um objetivo muito evidente de comercializar aquilo que é um bem essencial”*. Transmitiu que depois de várias reuniões para se pudessem dissipar dúvidas conseguiram *“com honestidade intelectual e política”* acompanhar o raciocínio de que existe aqui, de facto, alguma inevitabilidade ao redor desta matéria sobretudo porque o Município fica condicionado ao nível do investimento ao pertencer a uma entidade agregada.

Assim, mencionou que os Vereadores do PS estão disponíveis para aprovar esta medida sob alguns pressupostos que consideram importantes salvaguardar comentando que, numa das reuniões, foi dito pelo Presidente da Câmara de Penela que há uma tabela que a empresa vai cobrar aos municípios mas que existe da mesma forma uma capacidade, maior ou menor, uma autonomia dos mesmos de criarem forma de mitigar o impacto que a medida acarreta para todos os consumidores. Assim, propõem que dos *“quinhentos e cinquenta mil euros”* que a Câmara *“vai deixar de ter prejuízo com estes serviços”* uma parte seja realocada para não permitir, em termos práticos, um aumento tão grande que sem estas cláusulas de salvaguarda se faria sentir. Esclareceu ainda que, em termos práticos, a ideia passaria por a Câmara deixar de ter este custo, estimado em *“mais de um milhão de euros”*.

Prosseguindo, referiu que o estudo sobre esta questão aponta-nos um aumento médio na *“ordem dos 62,5%” do custo da água o que Vereadores do PS consideram “absolutamente inaceitável”,* e como tal, só fará sentido serem *“criados mecanismos paralelos”* que permitam que este custo, que devia ser cobrado, não chegue desta forma aos consumidores, assumindo a Câmara um critério social que vá além daquilo que é a tarifa social e que não reflita de *“forma cega aquilo que vão ser os aumentos grandes”* que todos vão sentir.

Continuando, disse ainda que desta forma é permitido integrar esta entidade e portanto assegurar o acesso ao financiamento e ao investimento, que é importantíssimo e os Vereadores do PS reconhecem que não há outra forma de lhe chegar que não passe por esta entidade, mas o Município tem de acautelar a especificidade do poder de compra do nosso concelho e não refletir diretamente esta penalização nos consumidores. Concluiu dizendo que com esta proposta, a sua ideia seria que, em termos médios, o aumento tarifário para os consumidores não ultrapasse os 15%.

Em complemento, o Sr Vereador António Antunes deu uma breve explicação de como chegaram a esses valores sublinhando que os Vereadores do PS consideram que existe um diferencial na poupança que permite que a Câmara dirija uma parte dessa poupança para os Munícipes fazendo refletir apenas 15% de aumento nas tarifas dos consumidores domésticos.

Com a palavra, a Sra. Presidente referiu que vai haver uma tarifa social ao nível da própria empresa e que o Município também pode ter uma tarifa social.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Quanto à proposta apresentada referiu que lhe parecia que o Município não está em condições de garantir que pode assumir esse compromisso por não dispor de dados. Efetivamente, essa proposta carece de estudo, nomeadamente, jurídico, e económico-financeiro, para aferir sobre a sua viabilidade e a existência, ou não de condicionantes.

Na sequência da resposta, o Sr Vereador António Antunes referiu que, numa das reuniões, questionou o Presidente de Penela em termos de regulamentos internos e até por causa das penalidades relativamente à cobrança de taxas diferentes daquelas que são estabelecidas pela ERSAR e *“foi clara a sua resposta de que não havia qualquer tipo de condicionante legal nos regulamentos internos”* e a proposta que estão a apresentar vai nesse sentido e como tal não haverá qualquer condicionante.

Interveio, o Sr. Vereador Nuno Tomás informando que essa questão foi colocada nas primeiras reuniões onde participou porque era uma das grandes preocupações de todos os municípios e, numa dessas reuniões, esteve presente um representante da ERSAR que não viu essa medida como uma possibilidade. Acrescentou que se o nosso Município tiver essa possibilidade, conforme já se disse, e não se verificar qualquer imposição da ERSAR não vê porque não ponderar essa medida, porém de imediato não se pode garantir que se possa fazer.

Intervindo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que depreendia que apenas se poderia tomar uma decisão depois de termos um parecer da ERSAR.

Interrompendo, o Sr. Vereador Nuno Tomás salientou que apenas se poderia tomar essa decisão por indicação da ERSAR e não um parecer, e com um estudo, nomeadamente, jurídico, económico e financeiro, salientando que também vê a preocupação dos Senhores Vereadores do PS da mesma forma.

Depois de alguma troca de considerações sobre o assunto, o Sr. Vereador António Antunes frisou que é ponto assente que o Município não pode mexer na tarifa estabelecida pela ERSAR, no entanto, cada Município pode criar o seu mecanismo interno e daí a proposta para criar um critério para que os munícipes não tenham de suportar o custo que considera *“incomportável”*.

Transmitiu que tanto ele como o Sr. Vereador Gonçalo percebem claramente que a questão dos investimentos ficam *“castrados”* sem a integração nesta empresa mas também percebem que o modelo que foi apresenta é um *“plano de negócios”* para uma empresa e sendo a água um bem essencial, o custo que lhe está associado é elevado para a maioria das famílias. Neste âmbito consideram importante criar alguma regra e como tal estão disponíveis para apoiar e aprovar esta medida desde que se cumpram determinados pressupostos.

Em complemento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que na proposta que a bancada do PS apresenta pretende ver espelhado o que se faz com a tarifa



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

industrial e comercial porque também são medidas de incentivo que devem ser tidas em conta.

Intervindo, o Sr. Vereador João Graça clarificou que o que a Sra. Presidente estava a explicar é que o Município pode estar condicionado por alguma entidade externa, ou por questões legais ou de outra natureza. Acrescentando que, caso se verifique a inexistência de condicionantes, obviamente que o Município apoia a implementação dessa e de outras medidas que favoreçam os consumidores.

O Sr. Vereador Nuno Tomás corroborou da opinião reiterando, no entanto, a necessidade de se verificar as condicionantes, salientando que o Município tem todo o interesse em que esta medida não prejudique os consumidores.

Depois de uma breve troca de impressões sobre o assunto, tomou a palavra a Sra. Presidente para dizer que os esclarecimentos sobre o assunto já foram prestados diversas vezes tendo havido a disponibilidade para esclarecer as dúvidas.

Referiu que todos os Municípios sabem que este assunto é *“incómodo e de difícil decisão”* salientando que *“enquanto a política tiver uma sobreposição sobre os interesses dos territórios é óbvio que andamos sempre nisto”* e que não lhe agrada que tenha de ser o Executivo a tomar esta decisão. Acrescentou dizendo que a intenção de criação de uma empresa deste género já vem a ser discutida de há muito tempo a esta data. Referiu, ainda, que com a certeza de que não gostavam de ter de tomar esta decisão ninguém garante que no próximo ano os tarifários da ERSAR se vão manter, porque estão em revisão de preço e como tal nunca poderia assumir que o diferencial seria de 15% de aumento nas tarifas dos consumidores domésticos. Lembrou a disponibilidade que o Executivo manifestou desde o primeiro momento para a elaboração de um regulamento e, nessa altura, serão aceites todas as sugestões que os Senhores Vereadores queiram apresentar, contudo, neste momento, não podem condicionar uma decisão que tem de ser tomada.

Nesta senda, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez referência às palavras da Sra. Presidente quando referiu a ERSAR e os preços que irá estabelecer para o próximo ano, desejando que aquela entidade, quando realizou o estudo para a revisão do tarifário tenha tido em conta essa realidade.

Depois de mais alguma troca de impressões, a Sra. Presidente conclui que como terão de compreender não estamos em posição de aqui fazer qualquer ressalva ou imposição na proposta de deliberação.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reivindicou que não entende porquê uma vez que, na sua opinião, a proposta apresentada está muito bem elaborada e fundamentada e como tal os Vereadores do PS concordam com todos os pressupostos lá explanados.

Salientou porém que, os Vereadores do PS *“não estão disponíveis para aprovar a constituição da empresa e com isso um aumento significativo de um bem*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

essencial que é a água sem que aí esteja subjacente um compromisso claro e inequívoco de constituir um regulamento com determinadas regras, uma das quais que o aumento da fatura não seja superior aos 15% para os consumidores de uma forma generalizada” estabelecendo medidas, nomeadamente, como a tarifa social, as tarifas do comércio e indústria e para as IPSS's.

Na sequência, a Sra. Presidente referiu que todos esses benefícios podem ser avaliados quando for elaborado o regulamento pois também é pretensão do executivo, nos termos já expostos, que também poderão ser extensivos às empresas.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez notar que não basta dizer que esses podem ser avaliados, frisando que é necessário gerar aqui um compromisso dos benefícios que vão ser dados às empresas, tendo a Sra. Presidente lembrado, de imediato, que essa questão só poderá ser prevista quando for elaborado o regulamento, no contexto já referido.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes sublinhou que a posição de princípio dos Vereadores do PS é que compreendem a necessidade da integração nesta empresa intermunicipal, compreendem a inevitabilidade em determinadas matérias e estão disponíveis para aprovar esta deliberação mediante o compromisso assumido entre todos os membros do executivo de constituir *“paralelamente um regulamento que vá ao encontro de alguns pressupostos dos quais nós não abdicamos”*.

Solicitada para esclarecer este assunto, a Dra. Bernardina explicou que são duas realidades diferentes, uma é a constituição do sistema e outra é o regulamento que é competência do próprio Município. Quanto ao regulamento explicou que quando for feito vai necessitar de um estudo, nomeadamente, ao nível jurídico e económico-financeiro e essas pretensões podem ser lá contempladas, se for possível, acrescentando porém, que aí já se saberá a tarifa que os munícipes vão ter de pagar.

Quanto a esta proposta de deliberação, explicou que, em sua opinião, a deliberação não poderá ser condicionada e que os Senhores Vereadores podem votar como pretendem com uma declaração de voto nesse sentido, se assim quiserem.

Depois de mais alguma troca de considerações, a Sra. Presidente encerrou o assunto e colocou-o a deliberação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes justificou o sentido de voto dos Vereadores do PS proferindo a seguinte declaração:

“Declaração de voto



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Os Vereadores do partido Socialista abstêm-se na votação da constituição da empresa da entidade intermunicipal de gestão de águas, saneamento e resíduos sólidos por entenderem não estar reunidos todos os pressupostos que aduzimos à discussão nomeadamente, o compromisso de constituição de um regulamento municipal que preveja um aumento não superior a 15 % do serviço que agora está a ser proposto contraturalizar. Entendemos que as razões que subjazem à constituição desta empresa são válidas nomeadamente porque a não integração destas entidades inibe os Municípios de acederem a mecanismos de financiamento e por essa via de investimento no entanto, não conseguimos acompanhar o executivo numa aprovação cega de aumentos significativos para os consumidores sem prever medidas que possam diminuir o impacto na vida e no dia-a-dia de todos os castanheirenses.”

18. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Terminada a discussão e votação dos assuntos agendados, a Sra. Presidente declarou aberto o período para intervenção do público.

Usou da palavra a D. Maria Graciete David, residente em Souto do Vale, questionando para quando estaria previsto a construção do ramal de saneamento na zona onde reside.

Esclarecendo, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que o levantamento já se encontra elaborado estando a Câmara Municipal na fase de aquisição de material para assim dar início à obra.

De seguida interveio o Sr. António Carvalho, proprietário do estabelecimento designado por “Quase Bar”, questionando sobre os moldes do funcionamento do evento “Natal na Aldeia” promovido este ano pela empresa municipal Prazilândia, tendo em conta que verifica que as atividades terminam relativamente cedo porém as tasquinhas funcionam até às 04h00, de acordo com a licença emitida pela Câmara Municipal, sentindo-se lesado uma vez que tem uma porta aberta e paga os seus impostos em Castanheira de Pera, e como tal considera haver aqui uma concorrência desleal.

A acrescentar a isto, verificou que não existiu uniformidade no convite a comerciantes para ocuparem um espaço no recinto do evento, pois abriram exceção para alguns deixando outros de parte.

Concluiu deixando bem claro que não é contra o evento “Natal na Aldeia” desde que seja cumprido um horário até às 22h00, máximo 23h00, não só para as atividades mas também para as tasquinhas.

Usando da palavra, a Sra. Presidente esclareceu que o “Natal na Aldeia” surgiu para atrair pessoas a Castanheira de Pera durante um mês e tendo em conta o feedback positivo que recebeu por parte dos comerciantes, pôde concluir que o evento trouxe mais pessoas a Castanheira de Pera, o que veio dar ânimo à economia local, pois também é esse o objetivo do evento.

Por outro lado, considerou ainda que a economia local não se esgota só por meio das coletividades e associações que ocupam espaços disponíveis na zona



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

onde decorre o evento, até porque estas para além de não terem uma autonomia financeira própria considerando, no entanto, que também são um veículo de divulgação e dinamização do Concelho.

Mais, disse que este ano a Prazilândia está a ter um papel importante no desenvolvimento do evento num período pós época balnear.

Interveio o Sr. Vereador Gonçalo Lopes dizendo entender o constrangimento manifestado pelo Sr. António Carvalho, nomeadamente entre a discrepância do horário de funcionamento das atividades em relação ao horário de funcionamento das tasquinhas.

Novamente no uso da palavra, o Sr. António Carvalho lamentou que algumas coletividades e associações aproveitem só esta altura do ano para angariar receita, quando têm um ano inteiro para o fazer.

Sublinhou que não tem nada contra o evento, porém dever-se-ia considerar o horário de funcionamento das tasquinhas que, de alguma forma, acabam por prejudicar alguns comerciantes, pois a par de terem os impostos e contribuições em dia têm um negócio a defender.

A Sra. Presidente disse compreender a indignação manifestada, salientando que o conceito do evento não visa, de forma alguma, prejudicar quem quer que seja, mas sim o de estimular a economia local.

Depois de mais alguma troca de argumentos a Sra. Presidente questionou o Sr. António Carvalho se não havia sido contactado pela Administração da Prazilândia, ao que ele respondeu *“que tinha sido contactado pelo Dr. Pedro Dinis no sentido de, e não mais que isso, enfeitar o seu estabelecimento no âmbito do concurso das montras promovido pela empresa municipal”*.

Seguidamente usou da palavra a D. Elisabete Santos para referir que o único ganho que teve com o evento foi com os jantares pagos pelo Município, tirando isso, o facto é que não sentiu um aumento de clientes no período em que decorreu o “Natal na Aldeia”.

Criticou o facto de existir iluminação só em alguns estabelecimentos, pelo que a Sra. Presidente interrompeu esclarecendo que já teve a oportunidade de explicar que a iluminação que os comerciantes têm é da responsabilidade dos mesmos, e que se tivessem conhecimento de alguma situação em que não tivesse sido assim, agradecia que lhe comunicassem.

Interrompendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes afirmou que *“todos sabemos que não foi assim”*, ainda que haja alguns comerciantes a pagar pela iluminação que pediram.

Perante os reparos e os descontentamentos manifestados, a Sra. Presidente informou que irá dar conhecimento dos mesmos a quem de direito.

ENCERRAMENTO
19. ENCERRAMENTO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 23/2018

Reunião Ordinária de 14 de dezembro de 2018

Não se registando mais intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião eram dezassete horas e quarenta e cinco minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____